

caso CPEM

Comissão conclui: as acusações contra Lula e PT são caluniosas

No dia 21 de julho, a Comissão de Averiguação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, criada para apurar as denúncias apresentadas pelo economista Paulo de Tarso Venceslau, entregou seu relatório final à Comissão Executiva Nacional, no qual comprova que as acusações levantadas contra o PT, Lula e outros dirigentes são caluniosas. Após quase 50 dias de trabalho, 11 reuniões e 35 pessoas ouvidas, os membros da Comissão (deputado federal Hélio Bicudo, economista Paul Singer e vereador José Eduardo Martins Cardozo) concluíram que não procede o centro das acusações de Venceslau – o suposto tráfico de influência por parte de Luiz Inácio Lula da Silva e de outros dirigentes do PT junto às prefeituras administradas pelo Partido, intermediando para a contratação da empresa de consultoria CPEM, com vistas a conseguir recursos para campanhas políticas e às caravanas da cidadania.

De acordo com as investigações da Comissão, não foram apresentadas provas de que houve alguma relação indevida

entre a CPEM e o PT em decorrência de contratos firmados com prefeituras petistas. Tampouco surgiram evidências que indicassem que a empresa de consultoria tenha contribuído financeiramente para o Partido. Como já fora demonstrado quando da entrevista de Venceslau à imprensa, assim que foram descobertas irregularidades no trabalho da CPEM, as próprias prefeituras administradas pelo PT suspenderam os contratos.

Comissão de Ética

A Comissão de Averiguação concluiu que houve conduta inadequada por parte dos filiados Paulo de Tarso Venceslau e Roberto Teixeira. Em função dessa constatação, sugeriu ao Partido que instaura comissão de ética para avaliar e julgar o comportamento dos dois. No caso de Venceslau, a Comissão indicou a instauração de processo ético-disciplinar em virtude de ele ter-se dirigido à imprensa apresentando conclusões para as quais não tinha provas e se referido a dirigentes partidários em linguagem pouco adequada aos padrões éticos do PT.

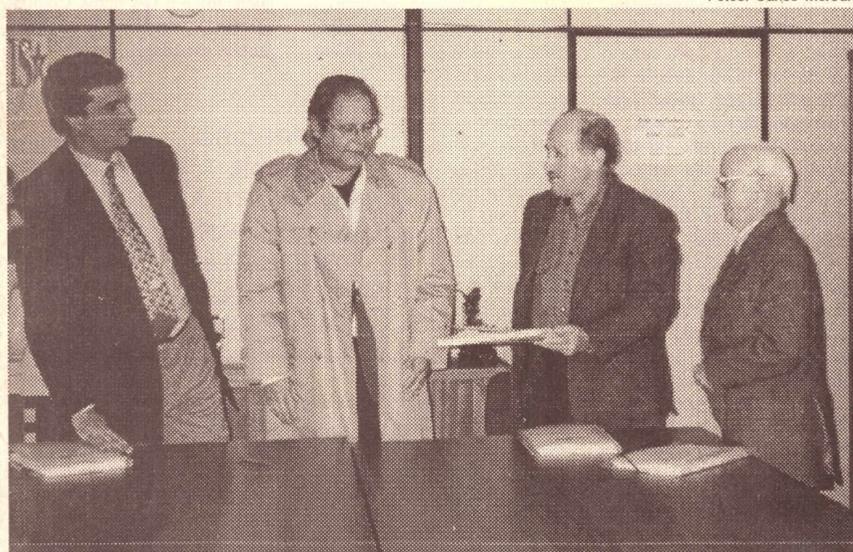
Considera a Comissão que a atitude de Venceslau “veio a colocar dirigentes e militantes do PT em uma situação no mínimo constrangedora frente à opinião pública, expondo o Partido a ataques oportunistas de adversários em um delicado momento da conjuntura nacional”.

Quanto a Teixeira, os integrantes da Comissão avaliaram que ele se omitiu ao não informar ou alertar o Partido sobre as irregularidades que eram cometidas pela CPEM. “Entre a defesa da empresa que gerou renda para seu irmão (Dirceu Teixeira) e presumivelmente para si e o interesse público e partidário, Roberto Teixeira optou pela primeira”, cita o documento.

Ouidoria

O relatório da Comissão sugere que o Partido crie uma ouvidoria para acolher e encaminhar denúncias apresentadas contra seus membros. A sugestão se deve ao fato de não se ter, no âmbito do Partido, procedimentos e critérios partidários para avaliar denúncias acerca da conduta de militantes e dirigentes.

Sugere ainda a Comissão



Cardozo, Singer e Bicudo entregam a José Dirceu relatório final para ser discutido pela Executiva

que o Partido determine a todas as bancadas de vereadores e deputados de cidades e estados em que prefeituras contrataram empresas de consultoria para revisão de demonstrativos a instalação de comissões parlamentares de inquérito para investigar a regularidade dos contratos. A indicação é por causa das suspeitas de fraudes que possam vir a envolver inclusive servidores das secretarias estaduais de Fazenda.

Prefeituras petistas denunciaram esquema

As irregularidades cometidas pela CPEM foram percebidas pelas administrações petistas de Santo André e Diadema em 1992, o que as levaram a suspender o pagamento pelos serviços, como ocorreu em São José dos Campos, alguns meses depois. Em Ipatinga (MG), contrato com a CPEM também foi rompido na administração petista. Outra empresa de consultoria, a Tema, que realizava o trabalho para pelo menos três prefeituras em Minas Gerais, foi denunciada por um secretário de Fazenda do PT cometer fraudes, o que levou à criação de CPI na Assembléia Legislativa daquele estado, proposta pelo líder da bancada petista, na qual se comprovou as suspeitas. Os fatos mostram que não há possibilidade de haver ligação entre o PT e a CPEM ou outra empresa de consultoria.

Em sua investigação, a Comissão constatou evidências de fraudes no trabalho dessas empresas de consultoria, confirmando o que as prefeituras do PT haviam descoberto. O trabalho – revisão dos demonstrativos que servem de base para os municípios receberem sua cota do ICMS arrecadado (os DIPAMs, em São Paulo, DAMEFs, em Minas Gerais, por exemplo) – é quase uma camisa-de-força para os prefeitos. Isso porque, conforme apurado pela Comissão, os critérios estabelecidos pelo governo para a distribuição da parte do ICMS aos municípios são complexos, o controle de apuração dos valores é deficiente, a legislação que rege o assunto é confusa e, em face disso tudo, os municípios que não recorrem a consultorias especializadas para a revisão dos demonstrativos correm o risco de perder receita.

O fato, pois, suscitou campo fértil para a atuação de empresas de consultoria como a CPEM e, em função da fragilidade da fiscalização, proporcionou possibilidades de procedimentos ilegais, como a elevação artificial dos valores declarados pelas empresas para a obtenção de maiores lucros às consultorias. A Comissão encontrou ainda indícios de que haja conluio entre elas, as empresas declarantes e funcionários das secretarias estaduais de Fazenda para a fraude, em detrimento dos municípios.

CEN avalia relatório

A Comissão Executiva Nacional do PT (CEN), reunida no dia 21 de julho, para avaliar o relatório final da Comissão de Averiguação, deliberou por acatar a maioria das recomendações de Hélio Bicudo, Paul Singer e José Eduardo Martins Cardozo. O relatório será ainda levado à apreciação do Diretório Nacional, que se reúne em São Paulo nos dias 9 e 10 de agosto.

Além de tornar pública a íntegra do relatório – o que foi feito no dia seguinte, em entrevista coletiva concedida à imprensa –, a CEN resolveu solicitar ao Ministério Público e determinar às bancadas do PT no Poder Legislativo estaduais e municipais uma ampla investigação diante dos indícios levantados pela comissão sobre a existência, em nível nacional, de um esquema de fraudes na revisão dos demonstrativos para o índice de participação dos municípios. Foi deliberado também o encaminhamento, às

bancadas do PT, de um conjunto de proposições legais destinadas a alterar, em caráter de urgência, os procedimentos relativos à repartição da cota-parte do ICMS devida aos municípios.

A proposta de criação de uma ouvidoria do PT será encaminhada ao 11º Encontro Nacional do Partido, a ser realizado de 29 a 31 de agosto, no Rio de Janeiro. A CEN acatou a proposta de se instaurar Comissão de Ética para aplicar eventuais sanções partidárias aos filiados Paulo de Tarso Venceslau e Roberto Teixeira, assegurado a ambos o amplo direito de defesa.

A Executiva Nacional determinará ao Diretório Regional de São Paulo formação de comissão para averiguar os fatos, constantes no relatório, sobre os procedimentos administrativos tomados para a contratação da CPEM em Santo André e denúncia da ex-vereadora pelo PT de Cubatão Suzete Miranda de Lima San-



Conclusões e resoluções são divulgadas durante entrevista

tos, também sobre a contratação da empresa.

Um dirigente do Partido será designado para acompanhar todas as iniciativas deliberadas pela CEN, os processos e procedimentos nos legislativos, tribunais de contas e Ministério Público para apurar eventuais fatos que possibilitem a tomada de outras medidas por parte do PT.

A CEN resolveu também

adotar os procedimentos jurídicos cabíveis para se defender de todas as acusações levantadas contra o PT e seus dirigentes. A medida será tomada considerando que, baseado na investigação da Comissão, não ficou provado que a CPEM tenha favorecido materialmente ou mantido cumplicidade com o Partido e as acusações contra Luiz Inácio Lula da Silva se mostraram infundadas e levianas.

Paul Singer explica como o ICMS é repartido; Hélio Bicudo ressalta importância de o Partido ter ouvidoria

Página 2

Paulo de Tarso Venceslau não apresenta nenhuma prova de suas acusações em depoimento à Comissão

Página 3

Manifestações do Abra o Olho, Brasil mostram que povo está disposto a derrotar o neoliberalismo

Página 4

recado ao militante

Arquivo/DN



Verdades e mentiras

A Comissão de Averiguação do caso CPEM, nomeada pelo Diretório Nacional do PT, publicou suas conclusões e propôs uma série de medidas à Executiva Nacional do Partido, que as acatou.

Certa mídia iniciou novamente uma operação de "fogo de baragem" sobre o PT. Retoma o tema da omissão da direção entre 95 e 97, fala em "pizza" (que a comissão não teria apurado as denúncias de Paulo de Tarso), e insiste, instigada pelo autor das denúncias, em que a Executiva Nacional não tem autoridade para julgar ninguém.

Certo meio de divulgação vai mais longe. Diz que o PT optou pelo julgamento político-revolucionário, abandonando o julgamento ético-jurídico. Saimos do campo da democracia para o campo do totalitarismo.

Pasmem! Este é o Brasil de FHC. A mesma certa imprensa que se calou na defesa de uma CPI da compra de votos para a emenda da reeleição, que joga "embaixo do tapete" a escandalosa e vergonhosa manobra de enterramento da CPI dos Precatórios, que dá horas e ho-

ras de espaço para a ópera bufa de Sérgio Motta, quer dizer que o PT não agiu corretamente no caso da CPEM.

Nós afirmamos o contrário. O PT é o único partido no Brasil que faz o que fez, de maneira pública, garantindo, portanto, o princípio republicano da publicidade. Tudo a pedido do denunciante Paulo de Tarso Venceslau.

Foi ele quem pediu para o Partido fazer uma Comissão de Averiguação. Isso nem era necessário, já que o Ministério Público estava analisando, a pedido da própria administração do PT, o caso CPEM com a prefeitura de São José dos Campos e, por iniciativa própria, Santos, Diadema e Santo André. E a palavra final será dada pela Justiça, porque estamos enviando o relatório da Comissão de Averiguação para o Ministério Público, portanto, para a Justiça.

Logo, não é verdade que o PT abandonou o princípio ético-jurídico pelo princípio político-revolucionário. Não houve julgamento, quem faz julgamento é a Justiça. A Comissão do PT fez apenas uma averiguação, ninguém foi e é réu numa Comissão de Averiguação. Ela apenas propõe medidas e, depois, institui-se ou não uma Comissão de Ética que, aí sim, pode adotar as penalidades previstas no Estatuto do PT, que são advertência, suspensão e expulsão.

Mas quem fará o julgamento final, repito, é a Justiça. Mas é preciso contar novamente a verdade, para que não prevaleça a mentira. Como está descrito nas conclusões do relatório da Comissão de Averiguação, quem denunciou o esquema da CPEM com as prefeituras foi a CPI que o PT fez em Minas Gerais, muito antes das denú-

É PRECISO CONTAR NOVAMENTE A VERDADE, PARA QUE NÃO PREVALEÇA A MENTIRA

A CPEM e a guerra fiscal

Desde 1966, uma parte do ICMS (20% então e 25% desde a Constituição de 1988) é distribuída aos municípios pelo governo de cada estado, que arrecada este imposto. Trata-se de grande volume de dinheiro e para os municípios industrializados costuma ser a maior fonte de receita. Seria lógico repartir o ICMS conforme o valor arrecadado em cada município, mas isso seria simples demais e não daria lugar a negócios mui lucrativos. Resolveu-se então (estávamos sob regime militar) adotar os seguintes critérios: 80% do valor a ser repartido pelo "valor adicionado"; 13% pela população; 5% pela receita tributária própria; e 2% por uma parcela igual para todos os municípios.

Aqui interessam apenas os 80%. O "valor adicionado" é igual ao valor das vendas menos os custos. Cada município teria uma parcela dos 80% igual ao índice do valor adicionado pelas empresas localizadas nele, dividido pelo valor adicionado pelas empresas de todo o estado de dois exercícios consecutivos. Assim, por exemplo, o índice de Santos, em 1997, seria igual ao valor adicionado pelas suas empresas como porcentagem do de todas as empresas de São Paulo, em 1995 e em 1996, dividido por dois.

A provável malandragem estava no fato de que o ICM (não tinha o S ainda) também incide sobre o valor adicionado, só que determinados produtos estão isentos. Mas, para a distribuição do ICMS, deveria ser considerado todo valor adicionado, o que exigia uma apuração à parte. Esta é feita através de um demonstrativo que as empresas preenchem anualmente, chamado DIPAM em São Paulo, DAMEF em Minas etc. O preenchimento do DIPAM não traz qualquer responsabilidade fiscal para a empresa: em bom português, ela pode declarar qualquer valor que ninguém vai verificar se ela pagou impostos sobre ele.

A malandragem continua no fato de que os DIPAMs são entregues à Secretaria da Fazenda estadual, a qual os examina e vai expurgando os que tiverem alguma falha, mesmo que seja apenas formal: algum número de registro

errado, assinatura que não confere etc. Os DIPAMs recusados não entram no cômputo do valor adicionado do município, fazendo cair o seu índice. A Secretaria da Fazenda publica no Diário Oficial o valor adicionado provisório de cada município e as prefeituras têm 30 dias para fazer recursos para que entrem no cálculo do seu valor adicionado os DIPAMs recusados, os que as empresas deixaram de entregar e os que foram entregues com valor adicionado menor do que o pretendido pelo município. Ao cabo dos 30 dias, a Secretaria da Fazenda do estado julga os recursos dos municípios, aceita alguns e rejeita outros.

Está na cara que este "sistema" cria verdadeira guerra fiscal

entre os municípios. O valor do ICMS a ser repartido é fixo; portanto, se alguns municípios conseguem aumentar a sua participação no ICMS, a parte dos outros municípios cai. Portanto, a prefeitura que não consegue fazer recursos "competentes" de revisão de DIPAMs ou não tem cacife para que os seus recursos sejam aprovados e os dos outros municípios não o sejam, está ferrada. Sua receita de ICMS cairá ano após ano.

É aí que entram empresas, como a CPEM, que assessoram as prefeituras na revisão dos DIPAMs. Elas se especializam, adquirindo competência na legislação tributária, que é extensa e complexa, e conhecendo em detalhe a economia interna das grandes empresas públicas e privadas, das quais depende a maior parte do valor adicionado de cada município. Pelo que apuro a Comissão de Investigação do PT, elas têm capacidade de prestar um serviço legítimo que seria de grande valor para os municípios. Só que elas aproveitam brechas do sistema para ganhar honorários muito maiores em detrimento dos municípios que as contratam e sobretudo dos que não as contratam.

Uma destas brechas é a irresponsabilidade das empresas em relação aos DIPAMs que preenchem. Há fundadas suspeitas de que contadores de grandes empresas têm "colaborado" com a CPEM para que ela possa promover aumentos enormes do valor adicionado. Outra brecha é que os funcionários da Secretaria da Fazenda estadual que apuram os DIPAMs e os recursos das municipalidades são de baixo nível, mal pagos e suspeitos de favorecer os municípios que contratam a CPEM e suas congêneres. Se as duas suspeitas forem comprovadas (em Minas, denúncias do secretário da Fazenda de Betim [do PT] levaram à formação de CPI da Assembleia Legislativa, requerida pelo líder da bancada do PT. A CPI comprovou que havia conluio entre a Tema, empresa revisora de DAMEFs, e o coordenador de Assuntos Municipais da Secretaria da Fazenda do estado, que foi demitido a bem

do serviço público), boa parte do ICMS que deveria ir aos municípios acaba indo para os bolsos dos donos destas empresas e dos que elas subornam.

E, finalmente, há os truques embutidos nas fórmulas contratuais de cálculo dos honorários da CPEM e congêneres. Todos os contratos são iguais: as empresas querem receber 20% apenas do aumento de receita do ICMS que o trabalho delas proporciona ao município. O primeiro truque está no cálculo da porcentagem de aumento do valor adicionado: a diferença a mais de valor é dividido pelo valor provisório e não, como seria correto, pelo definitivo. Isso aumenta a porcentagem sobre a qual a CPEM calcula seus honorários. Imagine que o valor provisório seja 50 e a diferença a mais outros 50; 50 dividido por 50 é 1, ou seja, 100%. A empresa vai querer receber o seu quinhão sobre toda receita de ICMS, quan-

do o correto seria 50 dividido por 100 igual a 0,5, ou 50%.

O outro truque está no cálculo do honorário em que a fórmula inclui toda a porcentagem de aumento do valor adicionado, quando deveria incluir apenas a metade, porque, como vimos acima, o índice se baseia na média de dois anos. Alegou o senhor Dirceu Teixeira, representante da CPEM, ao depor perante a Comissão, que o efeito do aumento do valor adicionado beneficia a prefeitura por dois anos seguidos, portanto o justo seria receber 20% durante 24 meses. A alegação é correta, mas a CPEM, ao inserir nos contratos a fórmula malandragem, cobra de fato 40% sobre o aumento (sem falar do truque acima, cujo efeito se soma ao deste) em 12 meses.

Por isso, duas prefeituras do PT - Diadema e Santo André - suspenderam, no segundo semestre de 1992, os pagamentos à CPEM e a administração petista de São José dos Campos fez o mesmo no primeiro semestre de 1993. Pelo que apuro a Comissão, só prefeituras do PT denunciaram as distorções das fórmulas e romperam os contratos com a CPEM. Por isso, as denúncias de que o Partido dos Trabalhadores teria alguma ligação com a CPEM não foram comprovadas pela Comissão, embora esta tenha recomendado formação de Comissão de Ética para julgar a conduta do militante Roberto Teixeira por não ter advertido os prefeitos do partido, quando tomou conhecimento das irregularidades cometidas pela CPEM.

Paul Singer, economista e professor universitário

o governo a uma crise final.

O que a Comissão de Averiguação fez foi ouvir 35 filiados do PT e, com base nesses depoimentos, propor medidas importantes como a Ouvidoria, processo de investigação judicial e legislativo contra o esquema dessas empresas com as secretarias da Fazenda dos municípios, mudanças na legislação para acabar com o problema.

Ficou comprovado que as prefeituras são vítimas desse esquema, que as prefeituras do PT se opuseram, se voltaram contra a CPEM. Ficou comprovado também que houve omissão de nossa parte, mas não houve dolo nem má-fé, que não há nada contra Lula e o PT, que não há qualquer relação entre o fato de Lula morar na casa de Roberto Teixeira e as relações com a CPEM.

As relações de Roberto Teixeira com a CPEM e a falta ética - e não administrativa ou penal - que a comissão aponta serão analisadas por uma Comissão de Ética do PT, assim como as calúnias, injúrias e difamações que Paulo de Tarso fez contra Lula e o PT.

Este é o papel do PT. O único partido capaz de fazer aquilo que ninguém faz, que é investigar a si próprio, sem medo de apurar, porque não deve e não teme. Tudo de maneira aberta, com a presença da imprensa em todos os depoimentos e, depois, de forma totalmente transparente.

te, porque entregou à opinião pública, a toda a imprensa e ao Ministério Público o relatório da Comissão.

Esta é a verdade. As mentiras continuarão a ser veiculadas, como a retomada do tema da omissão ou que o Partido não tem moral para julgar Paulo de Tarso. Ora, se o Partido não tem moral para julgá-lo, por que ele próprio pediu para o Partido fazer uma Co-

missão de Averiguação? Ele se reconhece como filiado, portanto, reconhece a legitimidade, reconhece a autoridade da Direção Nacional. Inaceitável é a postura de Paulo de Tarso Venceslau comparando Lula a Collor (jornal *O Estado de S. Paulo*, 22/7/97) - mais um crime contra a honra de Lula - tentando desqualificar a CEN do PT.

Não há como acusar o PT de omissão, porque fizemos a Comissão que Paulo de Tarso queria; não há como acusar o PT de "pizza", já que o relatório da Comissão fala por si próprio.

Certa imprensa não tem moral para cobrar nada do PT, já que compacta com a mais vergonhosa e escandalosa operação de encobrimento de corrupção vista no país: o enterro da CPI dos Precatórios. E isto depois de ter ajudado no esvaziamento da CPI da compra de votos.

Estas são as mentiras que o Brasil conhece. No caso do PT, a verdade prevalece.

José Dirceu

Uma ouvidoria no PT

A sindicância, cuja realização a Executiva Nacional incumbiu a três de seus militantes, para investigar as denúncias relativas a relações espúrias entre uma firma de assessoria financeira, prefeituras do Partido e lideranças nacionais, recomendou, nas suas conclusões, que se institísse em nível nacional uma ouvidoria geral, para tomar conhecimento de irregularidades no comportamento de quantos exercem mandato pelo PT, no Executivo ou no Legislativo, ou ocupam posições nos seus diretórios.

A idéia, que não é nova, pois já surgiu em "encontros" do Partido, aparece, agora, com novas cores. É que, segundo se pode supor, a aludidas acusações vieram a público, determinando desgastes à imagem do Partido e de suas principais lideranças, porque não foram, no momento adequado, objeto de investigações que, uma vez levadas a efeito, iriam demonstrar o que depois de cerca de cinco anos se evidenciou: a sua inconsistência, no que respeita às imagens mencionadas.

Isto aconteceu, diante de um consenso informal, adotado sem maior exame do problema que se lhes punha, de que as denúncias eram infundadas e não mereciam maior atenção.

Faltou, na hipótese e talvez tenha faltado em outras, um órgão do Partido, instituído e com autoridade para esclarecer esse tipo de questionamento.

A proposta precisa, sem dúvida, ser implementada, constituindo-se uma "Ouvidoria" com companheiros de reconhecida reputação não só para dentro do Partido, mas, sobretudo, para fora. Isto, para que possam, com autonomia, falar com autoridade moral, não só diante do PT, mas diante da sociedade como um todo.

A idéia é formar-se um Conselho, com número pequeno de pessoas - não mais do que cinco (talvez três) - dotado de infra-estrutura apropriada, para que possa atender às demandas, separar o joio do trigo e proceder, com eficiência e imparcialidade, as investigações que se fizerem necessárias, apresentando, periodicamente, o resultado de seus trabalhos à Executiva Nacional, que dará às matérias o encaminhamento devido.

A autocrítica que esses órgãos permitem, de caráter democrático, tem servido ao aperfeiçoamento das instituições onde vêm sendo adotados.

Criando sua "ouvidoria", o PT estaria saindo à frente dos partidos políticos, no aperfeiçoamento da ética partidária, fundamental para a abrangência da democracia, no Estado de Direito.

Hélio Bicudo, jurista, deputado federal (PT/SP), presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, membro eleito para Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh), autor de "Violência: O Brasil cruel e sem maquiagem", entre outros livros.

expediente

ptnoticias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Presidente Nacional do PT: José Dirceu / Secretária Nacional de Comunicação: Vera Gomes / Jornalista responsável/edição: Carlos Mercuri (Mtb 19.645) /

Redação: Carlos Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Andre Muniz / Myriam Luiz Alves Administração: Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves/ Diagramação/ Editoração Eletrônica: Jorge Mariano/ Ilustração: Hércules / Sede: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, telefone (011) 224-1900 (PABX), fax (011) 222-9665, E-mail: ptbrasil@ax.apc.org Tiragem: 11 mil / Impressão: Artgraf

Falta de provas torna as acusações levianas



Nenhuma denúncia feita por Paulo de Tarso Venceslau contra Lula e dirigentes do PT foi comprovada pela Comissão de Averiguação indicada pela Executiva do Partido. O denunciante não apresentou nenhuma prova de suas acusações, o que as torna levianas. Mesmo com relação às irregularidades cometidas pela CPEM, as prefeituras petistas de Santo André e Diadema já questionavam os procedimentos da empresa antes mesmo de Venceslau ir trabalhar em São José dos Campos. Esquema semelhante ao montado pela CPEM foi detectado também em Minas Gerais, envolvendo a empresa Tema, originando CPI na Assembléia Legislativa mineira, a pedido do líder da bancada do PT naquele estado. Portanto, após tudo investigado, o que ficou foi um atestado de ética para o PT e seus dirigentes. Veja abaixo as principais acusações de Venceslau e o que foi apurado pela Comissão:

1 A CPEM é ligada ao Partido dos Trabalhadores e buscava firmar contratos com prefeituras administradas por petistas, valendo-se de intermediários que gozam de respeitabilidade dentro do PT (no caso, Roberto Teixeira) e sinalizando que tais contratações implicariam contribuições financeiras futuras para o próprio PT.

Resposta: O denunciante, em seu depoimento, não trouxe nenhuma prova ou indicação de caminho para se chegar a elas. Paulo de Tarso limitou-se a fundamentar suas suspeitas pelas conversas que teve com Paulo Okamoto, o suposto contato que teria ocorrido entre Lula e o então prefeito de Campinas Jacó Bittar, as circunstâncias de sua demissão em São José dos Campos, a estreita relação que a CPEM manteria com Roberto Teixeira e a - a seu ver - omissão do PT em apurar suas denúncias. Como se vê, nenhum desses fatos apresentados revela qualquer relação espúria entre a CPEM, as prefeituras administradas pelo PT e o próprio Partido.

2 Lula indicou a CPEM ao então prefeito de Campinas Jacó Bittar.

Resposta: Tanto Lula quanto Bittar, e ainda Roberto e Dirceu Teixeira negaram, em seus depoimentos à Comissão, que houve essa indicação.

3 A CPEM deu apoio financeiro à segunda Caravana da Cidadania.

Resposta: Paulo de Tarso se baseia, para esta denúncia, no diálogo que diz que Paulo Okamoto manteve com ele, no qual dissera que a caravana não saía em virtude dos problemas que ele levantara em São José dos Campos com relação ao contrato com a CPEM. Okamoto nega que tenha dito isso a Venceslau e não há nenhuma prova de que esse diálogo tenha ocorrido. A Comissão também não encontrou nenhuma prova de que a CPEM ou Roberto Teixeira tenham contribuído para a 2ª Caravana da Cidadania.

4 Paulo Okamoto o advertiu, em reunião com secretários de Fazenda, em Ribeirão Preto, por ter apresentado denúncias contra a CPEM. Segundo Venceslau, isso demonstra a veracidade de sua suspeita de haver relação espúria entre a empresa e o Partido.

Resposta: Okamoto confirmou ter feito advertência a Venceslau, mas no sentido de que não deveria levantar suspeitas contra Lula na presença de pessoas que não eram do PT. A Comissão considerou que Okamoto preocupou-se, com esta atitude, em preservar a imagem de Lula e não de evitar que todos os secretários ali presentes deixassem de contratar a CPEM. Da mesma forma, a Comissão não vê motivos para que tal fato levasse à conclusão de que haveria relação promíscua e imoral entre a CPEM e o PT.

5 O sistema de controle efetuado pelos DIPAMs possibilitou uma série de ações ilegais.

Resposta: A Comissão constatou que a sistemática adotada para a repartição da cota-parte da arrecadação do ICMS entre os municípios - o critério de valor adicionado - deu origem a um inadequado e mal controlado sistema de apuração, dando margem ao surgimento de um lucrativo mercado de prestação de serviços contratados por municípios. Esse serviço é complexo e, em certos casos, singular, o que dá margem à contratação sem licitação, o que, porém, é controverso - há divergências sobre a legalidade ou não da contratação sem licitação.

CPI confirma fraudes em Minas Gerais

No dia 27 de junho, o vereador paulistano José Eduardo Martins Cardozo, membro da Comissão Especial de Investigação do PT, esteve em Belo Horizonte (MG), para colher depoimentos sobre a contratação da CPEM em Ipatinga e CPI montada na Assembléia Legislativa daquele Estado que investigou irregularidades na revisão de DAMEFs (a DIPAM mineira).

O ex-secretário de Fazenda de Ipatinga, administrado pelo PT, Antônio Nahas, relatou a Cardozo que a CPEM conseguiu elevar o índice de participação do ICMS da cidade em 10%. Só que,

ao se verificar a metodologia para a revisão do índice, descobriu-se que a CPEM havia reinterpretado o conceito do que seja valor adicionado, usando procedimento que não corresponde ao determinado pelo governo do Estado. Ocorre que, ao se utilizar desse artifício, a empresa acabou por prejudicar outros municípios, porque a elevação do índice em um implica a redução em outro - principalmente se este último não recorre a uma empresa de consultoria para proceder à revisão das declarações de sua cidade.

Foi o que apurou a CPI da Assembléia Legislativa mineira, em

1995. Instaurada a pedido do líder do PT na Casa, Gilmar Machado, a CPI teve como origem denúncias levantadas pelo ex-secretário da Fazenda de Betim (administrada pelo PT), Milton Tavares, sobre possível conluio entre funcionários da Secretaria da Fazenda estadual e a empresa de consultoria Tema.

Segundo Tavares relatou ao vereador Cardozo, também em 27 de junho, foi descoberto que um funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado, o coordenador da Área de Assuntos Municipais, Aloísio Hugo Magalhães,

estava associado à empresa Tema Consultoria, que prestou serviço de revisão de DAMEF para a prefeitura de Contagem, onde foi constatada fraude em 1994.

Descobriu-se, ainda, que outras duas prefeituras mineiras, Congonhas e Varginha, clientes da Tema, tinham obtido aumento extraordinário de seu valor adicionado entre 93 e 94. Baseado nesses fatos, foi aberta a CPI, que confirmou o conluio e as fraudes. Magalhães acabou demitido a bem do serviço público e o esquema foi interrompido.

6 O fato de Lula morar de graça na casa de Roberto Teixeira indica que há relações suspeitas entre eles, uma vez que Teixeira representa a CPEM junto às prefeituras para obter contratos de prestação de serviços.

Resposta: O fato de Lula morar na casa de Teixeira não qualifica qualquer violação a princípio ou regras éticas. Ficou provado, aliás, que a decisão de Lula residir no imóvel de Teixeira partiu da própria direção da campanha presidencial, por razões de segurança pessoal. Logo, não há qualquer possibilidade de troca de favores entre os dois. Para a Comissão, a permanência ou não de Lula na casa é questão de foro íntimo do dirigente, não cabendo a ela nada analisar ou propor.

7 Roberto Teixeira mantém relações com a CPEM, assumindo, em contatos com municípios administrados pelo PT, a condição de seu representante. Juntamente com seu irmão Dirceu, faziam lobby junto a administrações petistas objetivando a contratação daquela empresa.

Resposta: Pelos depoimentos dos irmãos Teixeira, contraditórios em relação a se Roberto apresentava a CPEM às prefeituras do PT, ou se auferia ganhos em função dessa atividade, confrontados com depoimentos de pessoas ligadas a administrações municipais, a Comissão considerou que houve conduta pouco ética de Roberto, não descartando a hipótese de que ele tenha cometido abuso de confiança, se aproveitando das relações de amizade com Lula. Como agravante, há o fato de que, ciente da condição de empresa inidônea da CPEM, optou por defendê-la, em vez de pautar-se pelo interesse público e partidário. Esses fatos serão retomados quando da instauração da Comissão de Ética, na qual ele terá oportunidade de se defender.

8 Sua demissão da prefeitura de São José dos Campos deu-se em função da pressão para tal exercida por Paulo Okamoto e Paulo Frateschi, por sua conduta com relação à CPEM.

Resposta: Em todos os depoimentos colhidos, ficou evidente que a demissão de Venceslau se deu em decorrência de avaliação pessoal da própria prefeita, então Angela Guadagnin, sem qualquer interferência de Okamoto ou Frateschi.

9 A direção nacional do PT foi omissa com relação à apuração de suas denúncias.

Resposta: A Comissão ressalta que, mesmo constatando a omissão, não há como fundamentar que se deu em função de ser a CPEM uma empresa que mantém relações espúrias com o próprio Partido. A falta de apuração das denúncias deve-se, de acordo com os membros da Comissão, à ausência de definição objetiva de regras e procedimentos destinados à apuração e ao julgamento de denúncias de faltas éticas de seus militantes e dirigentes. As investigações, inclusive as realizadas quando da apresentação das suspeitas de Venceslau, se deram a partir de impressões pessoais, ou seja, subjetivas. Inexiste, no Partido, foro específico para tal, daí a sugestão da Comissão para a criação de uma Ouvidoria, que teria essa finalidade.

10 A Articulação é o PFL do PT; Lula, ACM e Paulo Maluf estão no mesmo nível de demagogia; Zé Dirceu se calou num silêncio covarde, conivente; Paulo Okamoto e Paulo Frateschi são bate-paus.

Resposta: Venceslau, ao depor à Comissão, não mais se referiu aos dirigentes do Partido da forma pejorativa como o fez em entrevista à imprensa. Do ponto de vista ético-partidário, a Comissão considerou que a postura do denunciante - fazendo acusações sem provas e se referindo aos dirigentes em linguagem pouco adequada aos padrões éticos do PT - expôs o Partido e seus dirigentes a uma situação constrangedora, razão pela qual sugere que tal comportamento seja avaliado em Comissão de Ética, na qual terá igualmente amplo direito ao contraditório e de defesa.

rápidas

HOMENAGEM A RAINHA
O líder do MST José Rainha Júnior será homenageado dia 27 de agosto com o título de cidadão honorário pela Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG). A proposta é de autoria do vereador petista Gabriel dos Santos Rocha (Biel) - membro do Diretório Nacional do Partido - e foi aprovada por unanimidade no dia 14 de julho.
Vereador Biel: (032) 215-4700

REVISTA DA SAN



A Secretaria Agrária Nacional (SAN) lançou, no dia 21 de julho, a revista *Espaço Rural e Políticas Públicas*. A publicação reúne experiências e ensaios das administrações petistas ligadas à área rural e visa subsidiar as administrações populares e o debate acerca da elaboração do programa de governo.

SAN: (011) 224-1970

SECRETÁRIO NO CODEFAT
O secretário sindical nacional do PT, Delúbio Soares, assumiu no dia 30 a presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Já o secretário sindical do Diretório Regional do Amazonas, Rodolfo Amaral, foi eleito, dia 11 de julho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Amazonas e Roraima.

SSN: (011) 224-1968

PETISTA NA FENFECT
O V Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (Fenfect), realizado entre os dias 25 e 27 de julho, escolheu sua nova diretoria executiva. O militante do PT de Alagoas José Cícero Cavalcanti, conhecido como Pereira do Alagoás, foi eleito secretário-geral da Fenfect.

Fenfect: (061) 225-9095

NOVOS PRESIDENTES
Encontros realizados no final de semana de 25 a 27 de julho escolheram os presidentes de onze Diretórios Regionais do PT. São eles: Joaquim Brito, em Alagoas; o vereador Zezé Ribeiro, na Bahia; Agamenon Rodrigues do Prado, no Mato Grosso do Sul; o ex-deputado federal Valdir Ganzer, no Pará; o deputado estadual Luiz Couto, na Paraíba; o deputado federal Fernando Ferro, em Pernambuco; o ex-deputado estadual Pedro Tonelli, no Paraná; o vice-prefeito de São Gonçalo, Domicílio Mascarenhas, no Rio de Janeiro; o ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, em São Paulo; o senador José Eduardo Dutra, em Sergipe; e reeleito Cláudio Dallabrida, em Tocantins.

TESES PARA O 11º ENPT
É dia 5 de agosto o prazo final para a entrega de teses para o 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. As teses deverão abordar os pontos da pauta do encontro: o PT, o período político e as eleições de 98; e a construção partidária. As teses devem ter no máximo 25 laudas e, no mínimo, 13 assinaturas. Um mesmo filiado não pode assinar mais de uma tese. Elas devem ser entregues em disquetes. Informações na Secretaria Nacional de Organização (Sorg), com Mônica.
Sorg: (011) 224-1924

O PT AINDA PODE GOVERNAR
CAMPO GRANDE - MS

Falta o resultado da perícia.
Essa custa R\$ 37.000,00

Colabore com esta batalha.
Deposite qualquer quantia no

BANCO DO BRASIL:
Ag. 0048-5 - CC: 76.964-9

Partido dos Trabalhadores

Oposições se unem no ato Abra o Olho, Brasil

Fotos: Jorge Mariano



Mais de 15 mil pessoas lotam a avenida Paulista no dia 25

O ato Abra o Olho, Brasil, dia nacional de mobilização contra a política neoliberal do governo federal, realizado em 25 de julho, foi, segundo o presidente nacional do PT,

José Dirceu, a mais importante manifestação que a oposição já fez no governo Fernando Henrique Cardoso. "Isso mostra que a militância está disposta a lutar e que nós (a oposição) temos uma plataforma comum,

que é terra, trabalho e cidadania. Mostra que a unidade é o caminho", comentou Dirceu.

Foram realizados atos em 12 estados, unindo trabalhadores do campo e da cidade, sem-teto, desempregados, aposentados, sindicalistas e militantes dos partidos de oposição ao governo FHC. Em São Paulo, a manifestação reuniu mais de 15 mil pessoas na avenida Paulista, centro financeiro da capital. Os atos também foram um protesto contra a condenação do líder do MST José Rainha Júnior a 26 anos e seis meses de prisão. "O mais importante desse movimento é o acúmulo de forças e a animação para dar novos passos, como o ato em solidariedade ao Zé Rainha dia 16 de setembro, em Pedro Canário (ES), quando haverá o novo julgamento dele", lembrou Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente nacional da CUT.

A unidade também foi destacada pelo presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini. "É um momento de demonstração de unidade, de todos os setores que hoje lutam contra o projeto neoliberal e antipopular de FHC. Para a população, está começando a ficar claro o outro lado da moeda do Plano Real. As pessoas estão vendo que o desemprego e a perda do poder aquisitivo e a falta de seriedade das políticas públicas só vão provocar mais miséria e mais tragédia neste país", frisou.

José Rainha Júnior destacou a solidariedade entre os sem-

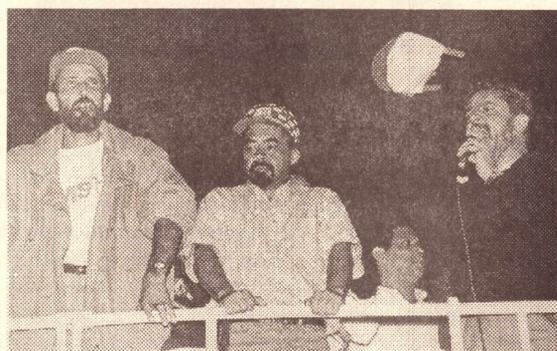
terra e os sem-teto. "A imprensa chama de oportunismo o que para nós é solidariedade, porque não sabe o que é isso. Da mesma forma, somos solidários aos policiais que lutam pelo seu salário, porque vemos neles o ser humano e nos unimos na luta contra as injustiças." Para o deputado federal José Genoíno (PT-SP), o ato sinalizou que os sem-direito estão querendo uma nova agenda. "Uma agenda que trate dos problemas da reforma agrária, do emprego, contra a violência, por uma nova segurança pública. É o ato das ruas dizendo que o país não pode ficar só na agenda virtual", avaliou.

Luiz Inácio Lula da Silva, que encerrou o ato em São Paulo, acrescentou pontos à agenda. "Queremos também educação, uma escola pública gratuita de boa qualidade, para que o filho do trabalhador possa disputar vaga na universidade em igualdade de condições com o filho do patrão; queremos uma saúde pública digna, porque, neste país, só quem pode pagar um plano particular consegue se salvar", disse.

Lula terminou com um recado ao presidente da República. "Ele vai ter que deixar de ser prepotente e chamar o movimento popular para conversar. Vai ter que arranjar dinheiro para a reforma agrária, para construir casas populares e para uma política industrial que gere empregos. Se quiserem nos derrotar, vão ter que ir às ruas nos encerrar de frente", concluiu.



Caravanas do Interior se encontram com pessoal de Osasco



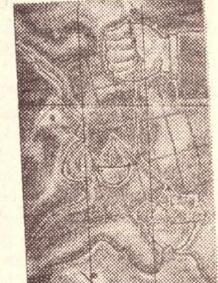
José Rainha e Lula representam união do campo e da cidade



Militantes fazem o enterro simbólico de Fernando Henrique

Entidades fazem convocação para o 3º Grito dos Excluídos

QUEREMOS JUSTIÇA E DIGNIDADE



O GRITO DOS EXCLUÍDOS
7 de setembro/97

Os organizadores do ato Abra o Olho, Brasil (CUT, CMP - Central de Movimentos Populares -; MST; UMM - União dos Movimentos de Moradia -; PT, PSB, PCdoB, PCB, PSTU, UNE, Abong, Conam, Pastorais Sociais da CNBB, entre outros) lembraram aos participantes da manifestação a importância de se manter a mobilização para os eventos do 3º Grito dos Excluídos, que terão seu ponto culmi-

nante no dia 7 de setembro.

O lema do Grito dos Excluídos deste ano é Queremos Justiça e Dignidade. Segundo o padre Luiz Bassegio, assessor do Setor Pastoral Social da CNBB, este ano estão participando da organização do Grito também a CUT, o MST e a CMP e há perspectiva de que para 1999 haja o Grito Latino-Americano ou até mundial. "Cada um dos organizadores está conversando com seus par-

ceiros latino-americanos para viabilizar a ampliação do evento", disse Bassegio.

Nos dias 12 a 14 de julho, em São Luiz (MA), houve o lançamento do projeto do Grito Latino-Americano, durante encontro hispano-caribenho. Participaram do encontro 78 pessoas de 14 países, que discutiram a proposta de realizar, em 1999, uma grande manifestação popular em prol do resgate das dívidas sociais e que exija o can-

celamento da dívida externa.

Neste ano, os símbolos do Grito serão o apito e o cartão vermelho. Segundo Bassegio, o apito significa um sinal de alerta para a situação de exclusão social crescente e o cartão vermelho chama a atenção para as causas da exclusão e expressa a vontade popular de expulsar a fome, o desemprego, a corrupção, a violência, a impunidade e a política econômica que concentra renda,

terra e poder.

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT já mandou para todas as instâncias do Partido informes e convocação para o 3º Grito dos Excluídos. A previsão é de que haja manifestações em mais de 500 cidades de todo o País. Em São Paulo, a concentração será na cidade de Aparecida, onde se espera a presença de mais de 100 mil pessoas.

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)

Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores

Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP
C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc. Fem.

Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 220-2103

AGENDA

JULHO

• 28 a 5 de agosto - XIV Festival Mundial da Juventude e os Estudantes. Havana (Cuba)

• 31 a 3 de agosto - VII Reunião do Foro de São Paulo. Porto Alegre (RS)

AGOSTO

• 6 e 7 - 3º Seminário das Mulheres Conductoras. Promoção Secretaria de

Formação da CUT e Comissão de Mulheres do Sindicato dos Motoristas de São Paulo [Informações (011) 270-5333, 251/254]. Caraguatatuba (SP)

• 8 e 9 - Seminário sobre Estratégia - segunda fase, organizado pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT [Informações tel.: (011) 223-3944, com Gezilida]. São Paulo

• 8 a 10 - 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT [Informações: (011) 224-1915, com Mesquita Bola]. Instituto Cajamar. São Paulo

• 9 e 10 - Reunião do Diretório

Nacional do PT. São Paulo

• 12 - Dia Nacional de Luta das Mulheres Agricultoras contra a Violência no Campo

• 26 e 27 - Curso de Formação Política do PT-Paraná - 2ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba

• 27 - Reunião da Comissão Executiva Nacional do PT. São Paulo

• 28 - Reunião do Diretório Nacional do PT. São Paulo

• 29 a 31 - XI Encontro Nacional do PT. Rio de Janeiro